

Planejamento de ações climáticas inclusivas e equitativas em termos de gênero

Kit de Ferramentas para Cidades & Governos Locais



CONTEÚDO

MENSAGEM DA INTENDENTA CAROLINA BASUALDO	3
Resumo Executivo	4
PARTE UM – CONTEXTO E DADOS CHAVE	6
Introdução	6
Mudança climática e desigualdade social	6
Por que gênero e inclusão são importantes na ação climática	6
Interseccionalidade	8
As cidades como catalisadoras da mudança transformadora	8
Promover uma ação climática inclusiva em nível local	9
PARTE DOIS – INCORPORAR PRINCÍPIOS DE EQUIDADE DE GÊNERO E INCLUSÃO	12
Passo 1: Comprometer-se com a igualdade de gênero e a inclusão	11
Passo 2: Identificar as lacunas de poder e participação	12
Passo 3: Empoderar por meio da participação comunitária inclusiva	13
Passo 4: Traduzir as histórias em ações concretas	14
Passo 5: Desenvolver um plano de ação climática inclusivo	15
Passo 6: Adotar um financiamento climático equitativo e inclusivo em termos de gênero	16
Passo 7: Implementar medidas climáticas inclusivas e com perspectiva de gênero	17
Passo 8: Adotar uma contratação pública equitativa e inclusiva em termos de gênero	18
Passo 9: Incorporar monitoramento, avaliação, prestação de contas e aprendizado (MEAL)	19
GLOSSÁRIO DE TERMOS	20
Lista de referências	24
Agradecimentos	28

UMA MENSAGEM DA PREFEITA CAROLINA BASUALDO



**Prefeita
Carolina Basualdo**
Despeñaderos, Argentina

A crise climática é um dos desafios mais urgentes do nosso tempo. Seus impactos já estão sendo sentidos em todo o mundo, perturbando ecossistemas, prejudicando comunidades, e ameaçando o progresso dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável. Mas esses impactos não são sentidos igualmente. A mudança climática exacerba as desigualdades sociais e de gênero existentes, apresentando riscos desproporcionais para grupos que enfrentam discriminação sistêmica com base em identidades que se cruzam, como idade, gênero, deficiência, status socioeconômico e indigeneidade.

Pesquisas e experiências vividas mostram cada vez mais as profundas conexões entre as mudanças climáticas e a desigualdade social. Mulheres, meninas e grupos marginalizados estão entre os mais vulneráveis aos choques e estresses relacionados ao clima. Seu acesso a moradias seguras, meios de subsistência seguros, serviços públicos e até mesmo segurança pessoal costuma ser mais precário diante dos impactos climáticos.

Ao mesmo tempo, esses grupos estão na vanguarda da ação climática sustentável. Em todo o mundo, eles estão impulsionando soluções transformadoras, seja por meio de liderança local, seja na adaptação baseada na comunidade, seja na inovação sustentável.

No entanto, suas vozes continuam sub-representadas nas decisões sobre políticas, planejamento e investimentos. Isso precisa mudar com urgência.

As cidades têm um papel e uma responsabilidade fundamentais no enfrentamento das crises relacionadas com as mudanças climáticas e com a injustiça social.

Como motores de inovação e crescimento, elas estão em uma posição única para traduzir as metas globais em ações práticas e centradas nas pessoas. Mas, isso exige uma mudança em todo o sistema. Precisamos confrontar e dismantelar as desigualdades estruturais e colocar a igualdade de gênero e a justiça social no centro de tudo o que fazemos.

Como líder da cidade, tenho o compromisso de pavimentar o caminho a seguir. Nosso trabalho deve ser orientado por valores inclusivos e moldado por aqueles que refletem a diversidade das comunidades que atendemos.

Prefeita Carolina Basualdo

RESUMO EXECUTIVO

A mudança climática não é neutra. Ela amplifica as desigualdades existentes. Mulheres, meninas e comunidades marginalizadas são desproporcionalmente afetadas pelos impactos climáticos, mas também são poderosas agentes de mudança. As cidades, como o nível de governo mais próximo das pessoas, estão em uma posição única para liderar ações climáticas inclusivas e transformadoras.

Este kit de ferramentas é um guia prático para ajudar as cidades e os governos locais a incorporar a igualdade e a inclusão de gênero no planejamento de ações climáticas. Ele aborda

a necessidade urgente de estratégias que reduzam as emissões e, ao mesmo tempo, combatam as desigualdades sistêmicas que aumentam os riscos climáticos para grupos marginalizados, especialmente mulheres e meninas.

É importante ressaltar que o kit de ferramentas reconhece que nem todas as ações serão imediatamente transformadoras. A mudança geralmente começa com passos pequenos e intencionais. Essas ações inclusivas, quando sustentadas ao longo do tempo, constroem a base para uma transformação sistêmica de longo prazo. A orientação foi projetada para ser flexível e escalável, apoiando as cidades em qualquer ponto de sua jornada climática.

Por que gênero e inclusão?

A integração do gênero e da inclusão na ação climática é essencial para abordar os riscos desproporcionais enfrentados pelas comunidades marginalizadas. A desigualdade de gênero continua sendo uma das formas mais persistentes e difundidas de exclusão, cruzando-se com outras barreiras sociais para aprofundar a vulnerabilidade.

A priorização de abordagens inclusivas fortalece as estratégias climáticas, tornando-as mais eficazes e equitativas. Isso conduz a cidades resilientes que apoiam todos os residentes de forma justa e sustentável.

Por que as cidades?

As cidades e os governos locais estão na linha de frente tanto dos impactos climáticos quanto da inovação. Eles concentram riscos, mas também oportunidades. Com as

ferramentas certas, as cidades podem traduzir as metas climáticas globais em ações inclusivas e localmente fundamentadas que beneficiam todos os residentes. Como centros de governança e criatividade, elas têm o poder de moldar futuros equitativos em escala.

O papel do Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia

Como uma aliança global de cidades comprometidas com uma ação climática ambiciosa, o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia (GCoM) apoia os governos locais no desenvolvimento e na implementação de estratégias que não apenas sejam eficazes na redução de emissões, mas que também sejam equitativas e inclusivas.

Com 13.700 cidades e governos locais em seis continentes e 147 países, representando coletivamente mais de 1 bilhão de pessoas, a missão do GCoM é garantir que a ação climática beneficie todas as comunidades, especialmente as mais vulneráveis aos impactos climáticos.

Alinhado com a Agenda Global de Pesquisa e Ação (GRAA) do Pacto Global de Prefeitos, que enfatiza a ação climática inclusiva e com base local, esse kit de ferramentas destaca a importância de centralizar a equidade e a inclusão nas estratégias climáticas. Para apoiar isso, o kit de ferramentas é baseado em três princípios fundamentais:

1

Não causar danos - Programas que atendem às necessidades básicas e às vulnerabilidades de mulheres e grupos marginalizados.

2

Empoderamento - Programas que desenvolvem ativos, capacidades e oportunidades para mulheres e grupos marginalizados.

3

Mudança transformadora - Programas que abordam relação de poder desiguais e buscam mudanças legais, institucionais ou sociais

Sobre este kit de ferramentas

Este kit de ferramentas apoia as cidades e os governos locais signatários do GCoM no avanço da ambição de gênero e inclusão em seus esforços de ação climática. Ele fornece orientações práticas, evidências e exemplos ilustrativos para apoiar respostas climáticas equitativas e localmente relevantes.

Com base na Estrutura Comum de Relatórios (CRF) do GCoM e na Nota de Orientação que a acompanha, ela oferece um conjunto de ações orientadoras práticas e não vinculativas que centralizam as experiências vividas por mulheres, meninas e grupos marginalizados na tomada de decisões. O objetivo é garantir que as pessoas mais afetadas pelas mudanças climáticas estejam diretamente envolvidas na formação de resultados climáticos mais inclusivos e se beneficiem deles.

O kit de ferramentas explica a conexão entre as mudanças climáticas e a desigualdade social e fornece etapas acionáveis e baseadas em evidências para integrar a igualdade e a inclusão de gênero nas estratégias climáticas locais.

Cada ação foi projetada para ser prática e adaptável em uma série de contextos, reconhecendo desafios comuns, como capacidade e recursos limitados.

As ações são flexíveis e orientadas para o processo, permitindo que as cidades se envolvam com toda a estrutura ou se concentrem nas seções mais relevantes para suas prioridades, pontos de entrada e estágio atual de progresso.

O kit de ferramentas está estruturado em duas partes:

1 A Parte Um explora o contexto e explica por que as abordagens inclusivas são essenciais diante da interseção dos desafios

2 A Parte Dois apresenta uma abordagem de nove etapas para incorporar o gênero e a inclusão no planejamento da ação climática:

1. Assumir um compromisso com a igualdade e a inclusão de gênero.
2. Mapear as lacunas de poder e participação.
3. Capacitar por meio do envolvimento inclusivo da comunidade.
4. Traduzir histórias em ações tangíveis.
5. Desenvolver um plano de ação climática inclusivo.
6. Adotar financiamento climático inclusivo e equitativo em termos de gênero.
7. Implementar ações climáticas inclusivas e de gênero.
8. Adotar aquisições inclusivas e equitativas em termos de gênero.
9. Aplicar las medidas climáticas inclusivas y con perspectiva de género.
10. Incorporar o monitoramento, a avaliação, a responsabilidade e o aprendizado (MEAL) para acompanhar o progresso e adaptar-se ao longo do tempo.

Para apoiar a implementação, cada etapa inclui exemplos ilustrativos e links para recursos adicionais.

Em um documento complementar, disponível no site do GCoM, são oferecidos estudos de caso e ferramentas práticas de apoio.

PARTE UM: CONTEXTO E COMPREENSÃO

Introdução

A crise climática é um dos desafios mais urgentes e definidores do nosso tempo, afetando ecossistemas, economias e a vida cotidiana. Entretanto, esses impactos não são sentidos igualmente.

As disparidades na vulnerabilidade climática são moldadas por dinâmicas sociais, econômicas e políticas arraigadas. Elas determinam quem vive em áreas de alto risco, quem tem acesso aos recursos necessários para se adaptar ou se recuperar e quais vozes influenciam a tomada de decisões.

A distribuição desigual dos impactos climáticos também é evidente em escala global. O Sul Global, apesar de ser a região que menos contribui para as emissões de gases de efeito estufa, sofre algumas das consequências mais graves das mudanças climáticas (Banco Mundial, 2023). Essa região costuma sofrer desastres relacionados ao clima mais frequentes e intensos, como calor extremo, inundações, secas e ciclones. Além disso, também enfrenta desafios complexos, incluindo infraestrutura limitada, restrições financeiras e lacunas na capacidade institucional que impedem a prevenção, a adaptação e a recuperação eficazes.

A rápida urbanização aumenta a complexidade, mas também oferece uma oportunidade de reimaginar como as cidades são planejadas, governadas e projetadas com a equidade no centro. A inclusão deve orientar todas as soluções climáticas, começando pelas pessoas mais afetadas.

Mudança climática e desigualdade social

Tradicionalmente, as estratégias e planos de mitigação das mudanças climáticas costumam ignorar a importância de incorporar a equidade social em seu desenho e aplicação.

Aqueles que já sofrem discriminação e exclusão sistêmicas geralmente são os mais afetados pelas mudanças climáticas (IPCC, 2022). Isso inclui pessoas que vivem

em assentamentos informais, pessoas com deficiência, idosos, minorias étnicas e outros grupos que frequentemente ficam excluídos dos serviços e dos processos de planejamento (Banco Mundial, 2009; ONU-Habitat, 2020). Nas áreas urbanas, suas vulnerabilidades são agravadas pelo acesso desigual a infraestrutura, saúde, educação e segurança (OCDE, 2018; ONU-Habitat, 2020).

É fundamental enfrentar essas desigualdades se as cidades quiserem oferecer respostas climáticas que sejam inclusivas e eficazes (C40 Cities & GCoM, 2022).

Por que o gênero e a inclusão são importantes na ação climática

Embora muitos grupos sociais enfrentem riscos climáticos maiores, é essencial dar ênfase ao gênero. Mulheres e meninas continuam sendo o maior e mais excluído grupo em todo o mundo. A desigualdade de gênero é uma das formas mais persistentes e transversais de exclusão. Ela agrava as vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais, aumentando a probabilidade de mulheres e meninas sofrerem os maiores impactos dos eventos relacionados ao clima (ONU Mulheres, 2023).

Globalmente, as mulheres representam 80% dos deslocados por desastres relacionados ao clima (UNESCO, n.d.), e mulheres e crianças têm 14 vezes mais chances de morrer durante esses eventos do que os homens (PNUD e Global Gender and Climate Alliance, 2016).

Após os desastres, as mulheres geralmente enfrentam maiores responsabilidades de cuidado, maiores riscos de violência e a perda de meios de subsistência informais, inclusive atividades econômicas e empregos que não são regulamentados ou protegidos pelo Estado, como venda ambulante ou trabalho domiciliar (OIT, 2018). Sua participação na economia informal também aumenta a vulnerabilidade a choques econômicos e limita o acesso a recursos de recuperação e proteção social.

As interrupções relacionadas ao clima podem afetar ainda mais a educação, a saúde e a mobilidade.

Por exemplo, mulheres e meninas podem ser pressionadas a priorizar as tarefas domésticas em detrimento da escolaridade (Fry & Lei, 2021). Muitas delas também enfrentam barreiras adicionais devido a deficiências, desafios de mobilidade ou acesso limitado à educação, o que pode dificultar a resposta eficaz a desastres (UNDP & Global Gender and Climate Alliance, 2016; Banco Mundial, 2020).

Mulheres e meninas também enfrentam riscos específicos que variam de acordo com o contexto e se cruzam com fatores sociais, culturais e econômicos. Por exemplo, elas apresentam taxas de mortalidade mais altas durante desastres relacionados à água.

As mulheres enfrentam riscos específicos que variam de acordo com o contexto e se cruzam com fatores sociais, culturais e políticos. Essas dinâmicas determinam quem vive em áreas de alto risco, quem tem acesso aos recursos necessários para se adaptar ou se recuperar e quem ensina as meninas a nadar em todo o mundo (Organização Mundial da Saúde, 2022). Nas comunidades indígenas, esses desafios são exacerbados, pois elas geralmente estão localizadas em áreas propensas a riscos e sofrem mais devido à exclusão das iniciativas de adaptação e resiliência climáticas (Dieleman, 2024).

Essas vulnerabilidades não são inerentes; elas resultam de sistemas de desigualdade profundamente enraizados. A mudança climática exacerba os riscos, como natimortos, estresse térmico, desnutrição e violência de gênero, especialmente em países onde as mulheres já enfrentam altas taxas de mortalidade materna, nascimentos de adolescentes e casamento infantil (UNFPA, 2024). O deslocamento agrava esses desafios ao aumentar a carga de cuidados não remunerados, aumentar os riscos à saúde reprodutiva e expor ainda mais as mulheres e meninas à violência de gênero (UNHCR, 2021).

Apesar disso, as mulheres, as meninas e os grupos marginalizados permanecem em grande parte ausentes dos esforços de governança, alívio e reconstrução climática em nível municipal, criando lacunas críticas nas políticas e na implementação (UNDP & Chao, 2025; Banco Mundial, 2010).

Por exemplo, até 2023, apenas 23 das 120 Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) em todo o mundo incluíam indicadores de progresso de gênero, 18 se comprometiam com o orçamento sensível ao gênero e 21 abordavam o gênero nas estratégias de financiamento climático (PNUD, 2023).

Após o incêndio florestal em Lahaina, no Havaí, em 2023, as chamadas para a linha telefônica de atendimento contra a violência doméstica em Maui, disponível 24 horas por dia, mais que dobraram. Os serviços locais relataram um aumento nos casos de violência doméstica, agressões sexuais e traumas emocionais relacionados à instabilidade habitacional, ao estresse e às dificuldades econômicas (FEMA, 2023).

De forma semelhante, em Vanuatu, os casos de violência doméstica aumentaram 300% após dois ciclones tropicais em 2011 (UICN, 2020). Riscos semelhantes foram observados em algumas partes da África Oriental e Meridional após graves perturbações climáticas, embora muitas vezes falem dados em nível local.



A igualdade de gênero não é apenas um direito humano, mas também um elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável (Cities Alliance, 2022). Enfrentar a desigualdade de gênero não nega a importância de outras identidades, mas reforça os resultados de equidade em geral e é vital para alcançar o desenvolvimento sustentável, conforme reconhecido na Agenda 2030 (Nações Unidas, 2015).

Isso é sublinhado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, em particular o ODS 5, "Igualdade de gênero", e pelo Programa de Trabalho Ampliado de Lima sobre Gênero (UNFCCC, 2024). No entanto, os avanços continuam lentos e são prejudicados por lacunas significativas de dados. Atualmente, menos da metade dos dados necessários para monitorar de forma eficaz a igualdade de gênero são coletados, apesar da disponibilidade de ferramentas baseadas em boas práticas (ONU Mulheres, 2022; Commonwealth, 2022).

A transição para economias de baixo carbono corre o risco de excluir as mulheres, que atualmente devem ocupar apenas 25% dos empregos verdes (Soubeyran e Choudhary, 2023). A menos que sejam adotadas políticas específicas que garantam acesso equitativo à formação, contratação e condições de trabalho, as desigualdades existentes podem se perpetuar nesses setores emergentes.

Esses exemplos destacam por que as cidades devem compreender e abordar as interseções entre gênero, inclusão e risco climático. Colocar no centro as experiências das mulheres e das comunidades marginalizadas nas políticas climáticas e no planejamento para desastres é essencial para criar soluções eficazes e equitativas.

Interseccionalidade

As vulnerabilidades climáticas são intensificadas quando vários aspectos da identidade, como gênero, raça, classe, etnia, deficiência, idade ou status de migração, se cruzam. Isso é conhecido como interseccionalidade, uma estrutura que reconhece como os sistemas sobrepostos de desigualdade agravam os impactos enfrentados pelas pessoas (Crenshaw, 1989). Por exemplo, uma mulher indígena que vive na pobreza pode enfrentar formas interseccionais de discriminação, tanto como mulher quanto como indígena, agravadas por desigualdades estruturais (Dieleman, 2024).

Compreender essas experiências em camadas é essencial para projetar estratégias climáticas que respondam às realidades vividas. Esse kit de ferramentas convoca as cidades a adotarem um planejamento de ação climática inclusivo e participativo para abordar essas disparidades.

Cidades como catalisadoras de mudanças



As cidades são pontos críticos de emissões e riscos climáticos em nível mundial, mas também são centros de inovação, ação e resiliência.

Resumo para responsáveis por políticas urbanas do Sexto Relatório de Avaliação do IPCC, 2022

As cidades são particularmente vulneráveis às mudanças climáticas porque concentram pessoas, infraestrutura e atividade econômica em áreas urbanas densas. Os riscos específicos que elas enfrentam dependem de sua localização geográfica (IPCC, 2022): cidades mais quentes podem sofrer com calor extremo e surtos de doenças; cidades costeiras e de baixa altitude estão expostas a inundações e tempestades; e cidades áridas enfrentam escassez de água. O reconhecimento dessas ameaças locais é essencial para o planejamento urbano inclusivo e resiliente.

Muitas vezes, esses perigos coincidem, o que torna ainda mais difícil para as cidades reagirem (UN-Habitat, 2020). O custo da inação para as cidades é substancial, afetando suas funções econômicas, a sociedade em geral e as comunidades que vivem nelas (GCoM, 2024). As cidades devem tomar medidas transformadoras e decisivas para lidar com isso, investindo em infraestrutura resiliente, promovendo o planejamento urbano inclusivo, melhorando as proteções sociais e apoiando os esforços de adaptação liderados pela comunidade (The Summary for Urban Policymakers of the IPCC's Sixth Assessment Report, 2022).

Cidades como a Cidade do Cabo (África do Sul), Chennai (Índia) e São Paulo (Brasil) enfrentaram grave escassez de água nos últimos anos (Global Covenant of Mayors, 2019; PNUMA, 2022). Cidades menores como Kisumu (Quênia), Santa Ana (El Salvador) e Hubli-Dharwad (Índia) enfrentam desafios semelhantes.

Nessas áreas urbanas, os moradores mais pobres, muitos dos quais vivem

em assentamentos informais, suportam o maior ônus. Esses assentamentos geralmente estão localizados em áreas propensas a enchentes, deslizamentos de terra ou poluição e podem não ter acesso a serviços básicos como água limpa, saneamento, espaços verdes e fontes essenciais de serviços ecossistêmicos que aumentam a resiliência urbana, apoiam o bem-estar e ajudam a mitigar os impactos das mudanças climáticas (Banco Mundial, 2014). Isso significa que os países de baixa e média renda apresentam as maiores taxas de mortalidade urbana devido a eventos climáticos extremos (OMS, 2021).

A escala do crescimento urbano projetado aumenta ainda mais a urgência. De acordo com a UN-Habitat (2018), quase 2,5 bilhões de pessoas a mais viverão em cidades até 2050. Mais de 90% desse crescimento é esperado em países de baixa e média renda, principalmente na África Subsaariana e no Sul/Sudeste da Ásia. Isso representa uma janela estreita, porém crítica, para que as cidades moldem futuros seguros, sustentáveis e inclusivos.

As decisões que as cidades tomarem hoje em relação ao planejamento urbano, mobilidade, habitação, energia e espaço público determinarão sua resiliência, suas trajetórias de emissões e seus resultados sociais nas próximas décadas. Sem abordagens inclusivas e que levem em conta as emissões sob a perspectiva de gênero, a ação climática pode reforçar as mesmas desigualdades que contribuem para aumentar a vulnerabilidade em primeiro lugar.



Promoção de ações climáticas inclusivas em nível local

O avanço da ação climática inclusiva precisa de esforços deliberados para garantir que todos os membros da comunidade, especialmente os grupos marginalizados, estejam envolvidos de forma significativa e se beneficiem igualmente das soluções climáticas. As principais iniciativas para promover a ação climática inclusiva incluem:

- O liderança e o compromisso dos funcionários municipais podem inspirar a ação coletiva e promover enfoques inclusivos.
- Adoção de políticas e estratégias centradas na inclusão e na coprodução.
- As estratégias financeiras e de contratação pública podem liberar recursos para viabilizar uma resiliência climática equitativa.
- A participação das comunidades e a valorização das experiências vividas garantem que as políticas respondam a desafios reais.
- Assumir o monitoramento, a avaliação e o aprendizado é essencial para assegurar uma melhoria contínua em resposta às necessidades em constante mudança das comunidades locais.



Comece pequeno, mas de forma intencional. Mesmo iniciativas modestas podem gerar um impacto significativo quando incluem ativamente grupos sub-representados.

Nisporeni, Moldávia

O conselho é: não tenha medo de romper com os modelos tradicionais.

Salvador, Brasil

PARTE DOIS - INCORPORAÇÃO DE PRINCÍPIOS INCLUSIVOS E EQUITATIVOS DE GÊNERO NA JORNADA DA CIDADE



PASSO 1

Assuma um compromisso com a igualdade e a inclusão de gênero

A definição de uma ambição para oferecer ações climáticas inclusivas e equitativas em termos de gênero é mais eficaz quando começa nos primeiros estágios da jornada da cidade. Isso começa com o reconhecimento da profunda conexão entre as mudanças climáticas e a desigualdade social.

Os líderes da cidade, incluindo autoridades eleitas, como prefeitos, bem como chefes de departamentos e outros importantes tomadores de decisão, desempenham um papel fundamental na definição dessa ambição. Seu apoio cria as condições para que as equipes centralizem a igualdade e a inclusão de gênero, desenvolvendo conhecimento, capacidade e recursos internos para transformar os princípios em prática. A pesquisa também mostra que um aumento de 1% na liderança feminina dentro das empresas está relacionado a uma redução de 0,5% nas emissões (Kothari, 2025).

Ações

Definir a intenção - No início da jornada da cidade, defina a ambição de incorporar princípios inclusivos e equitativos de gênero em seu planejamento de ação climática.

Alocar recursos - A realização dessa ambição não significa necessariamente custos mais altos. Mas exige um forte compromisso, conhecimento e capacidade.

Desenvolva conhecimento e capacidade - Sempre que possível, envolva especialistas em gênero e inclusão desde o início. Se esse conhecimento não estiver disponível, um membro da equipe pode se tornar um defensor de gênero e inclusão.

Adote uma abordagem colaborativa - Pense em criar um grupo de trabalho interno e interdepartamental para conduzir essa agenda. Isso pode incluir planejamento, habitação, finanças e compras. Considere a possibilidade de envolver especialistas em gênero e inclusão do meio acadêmico, de organizações não governamentais e de organizações comunitárias onde houver um Grupo Consultivo.

Um(a) promotor(a) da igualdade de gênero e da inclusão é um membro dedicado da equipe que garante que esses princípios sejam considerados em todas as etapas. Ao estruturar essa função, este conjunto de ferramentas oferece recursos disponíveis para iniciar esse caminho (C40 Women4Climate, s.f.; ONU CC, s.f.).

Liderança municipal que promove a igualdade e a inclusão de gênero: Em todo o mundo, os líderes municipais estão priorizando o gênero e a inclusão, de Bogotá (Colômbia) a Salvador (Brasil) e Strasen (Moldávia). Em Glasgow (Escócia), um representante eleito localmente defendeu uma moção para adotar uma abordagem de cidade feminista em 2022. Esse compromisso levou à avaliação das operações da cidade a partir de uma perspectiva de gênero e à criação de um grupo de trabalho de urbanismo feminista interdepartamental, com recursos para o desenvolvimento de estratégias, execução de projetos e capacitação interna. Os membros do grupo de trabalho atuam como campeões de gênero, que incorporam a igualdade de gênero em todo o trabalho do Conselho, desde o orçamento e as aquisições de gênero até o planejamento urbano e a ação climática. Essa mudança organizacional garantirá que todas as estratégias e decisões reflitam um forte compromisso com o avanço da igualdade de gênero.



1

2

3

4

5

6

7

8

9

PASSO 2

Mapeie as lacunas de poder e de participação

Use dados para entender quem é mais vulnerável às mudanças climáticas e cujas vozes podem ter sido excluídas.

[O Marco Comum de Reporte \(CRF pelas siglas em inglês\)](#) (GCoM 2023) na seção de Avaliação de risco e vulnerabilidades recomenda a coleta de dados sobre grupos vulneráveis. Use o CRF e sua Nota de Orientação para ver quais dados podem apoiar seu trabalho. Esta etapa se baseia no CRF, oferecendo mais orientações sobre como coletar dados inclusivos robustos. O fortalecimento da qualidade dos dados é uma etapa importante para entender quem é mais afetado e, por sua vez, ajuda a garantir que as vozes das pessoas mais afetadas sejam centralizadas na tomada de decisões.

Ações

Entenda os ônus desproporcionais - Aproveite o entendimento da Parte 1 deste Kit de Ferramentas e os recursos destacados para entender quem provavelmente enfrentará os maiores riscos e será menos resistente aos impactos climáticos. Observe como os fatores interseccionais, como gênero, raça, idade, deficiência, renda e situação de moradia, interagem com as desigualdades estruturais, aumentando a exposição e a vulnerabilidade. Quando for relevante, considere o uso de protocolos de dados éticos, como os [Princípios para Indígenas da CARE \(GIDA n.d\) Governança de Dados](#) que enfatizam abordagens interseccionais e voltadas para a justiça na coleta e no uso de dados.

Colete dados locais e interseccionais - Entenda seu contexto local coletando e analisando dados locais desagregados. Obtenha insights sobre fatores interseccionais, como gênero, idade, renda, deficiência e tipo de moradia.

Aprenda com eventos passados - Combine dados quantitativos (por exemplo, internações hospitalares, fatalidades, perda de empregos) com percepções qualitativas (por exemplo, testemunhos de grupos comunitários, estudos e relatórios de pesquisa) para entender quem foi mais afetado pelos perigos e consequências relacionados ao clima.

Preencher lacunas de dados - Reconhecer que muitos grupos marginalizados (por exemplo, migrantes sem documentos, pessoas sem moradia, trabalhadores informais) geralmente não constam dos dados oficiais. Obtenha os dados ausentes usando alternativas como o [Migration Data Portal \(Portal de dados sobre migração\)](#) e envolva as organizações da linha de frente.

Mapeie as interseções de exclusão e risco - Crie mapas que mostrem as relações entre as pessoas excluídas e os riscos que elas enfrentam. Considere a possibilidade de sobrepor dados sobre demografia, contexto geográfico, riscos econômicos e climáticos para identificar grupos prioritários e áreas de foco de envolvimento.

Integração de dados quantitativos e socioeconômicos para mapear a vulnerabilidade climática: ao preparar seu Plano de Ação Climática, a cidade de Durban, na África do Sul, combinou dados quantitativos, como internações hospitalares relacionadas a estresse por calor e doenças respiratórias, com indicadores socioeconômicos, como renda, qualidade da moradia e idade, para mapear a vulnerabilidade aos impactos climáticos. Ao dispor esses dados em camadas com mapas geoespaciais de risco climático, como zonas propensas a inundações e ilhas de calor, a análise mostrou que os assentamentos informais e as populações idosas em áreas propensas a inundações enfrentam os maiores riscos à saúde decorrentes de eventos climáticos. Embora essa abordagem quantitativa não tenha capturado totalmente suas experiências vividas, ela ajudou a cidade a identificar quem é mais afetado e onde vive, orientando a estratégia para mais contato com a comunidade.

PASSO 3

Capacite por meio do envolvimento inclusivo da comunidade

Depois de mapear as pessoas afetadas em seu contexto local, a próxima etapa é centralizar ativamente a liderança, o conhecimento e a experiência vivida dessas pessoas na tomada de decisões. Você deve definir como envolver mulheres, meninas e comunidades marginalizadas como parceiros iguais no planejamento da ação climática. Isso pode ser alcançado por meio do engajamento participativo, da cocriação de soluções e da construção de relacionamentos de longo prazo baseados na confiança que reconheçam e valorizem a experiência local.

Ações

Desenvolva uma estratégia de envolvimento inclusivo - Defina como você envolverá os participantes de forma justa. Planeje como remover as barreiras ao envolvimento, como responsabilidades de cuidados, falta de tempo e possíveis custos, incentivando todas as vozes a serem ouvidas e a desempenharem um papel central durante todo o ciclo de vida do projeto.

Colaboração com as comunidades - Colabore com as comunidades para se adaptar às suas formas preferidas de envolvimento. Aproveite a liderança local, por exemplo, chefes indígenas ou conselheiros locais, para promover uma colaboração autêntica que respeite os estilos de comunicação e as práticas culturais.

Use métodos participativos - Envolver as comunidades por meio de abordagens como caminhadas exploratórias, grupos focais e pesquisas comunitárias (We Made That, 2024). Metodologias feministas e inclusivas podem apoiar esse trabalho (C40 Cities e Arup, 2019; Cities Alliance, 2022).

Engajamento ético - Promova espaços seguros e transparentes, mantendo uma comunicação clara, respeitando a privacidade e obtendo consentimento informado. É essencial explicar claramente como os dados serão usados, especialmente ao trabalhar com grupos vulneráveis, como migrantes sem documentos. Esteja ciente dos possíveis desequilíbrios de poder e trabalhe ativamente para atenuá-los. Demonstre respeito pelas normas e práticas culturais, evitando suposições e estereótipos.

Garanta a responsabilidade - Crie confiança estabelecendo ciclos claros de feedback em que as comunidades possam participar ativamente, revisar, contestar e validar decisões ou descobertas. Aja de acordo com o feedback de forma transparente e mantenha as comunidades regularmente informadas durante todo o processo. [Adote um Mecanismo de Reparação de Queixas GRM](#) (Banco Mundial, s. f.) como uma forma formalizada e local de aceitar, avaliar e resolver o feedback ou as reclamações da comunidade.

Evite a fadiga da consulta - Compartilhe percepções com outros departamentos relevantes. Isso demonstra que o tempo e as contribuições dos participantes são valorizados.

Coleta de dados liderada pela comunidade em assentamentos informais: Em assentamentos informais, onde os mapas e dados oficiais geralmente não existem ou são imprecisos, a documentação conduzida pela comunidade costuma ser a única maneira legítima de entender as realidades locais. Os moradores conhecem os limites sociais, espaciais e de infraestrutura melhor do que qualquer pesquisador ou funcionário externo, cujo status de "forasteiro" pode limitar tanto o acesso quanto a confiança. A Shack/Slum Dwellers International (SDI), que atua em cidades da Índia, Quênia, Namíbia, África do Sul e Zimbábue, treina e compensa financeiramente os moradores para que realizem enumerações, mapeamentos e perfis de assentamentos. Em Harare, no Zimbábue, por exemplo, os moradores do assentamento informal de Magada trabalharam com a SDI para mapear sua comunidade, produzindo dados que levaram ao plano de modernização do país, incluindo melhorias nas estradas, na água e no saneamento com base nas prioridades dos moradores.



1

2

3

4

5

6

7

8

9

PASSO 4

Transforme histórias em ações tangíveis

Use os dados da Etapa 2, a experiência vivida e as histórias da Etapa 3 para identificar possíveis estratégias de mitigação, adaptação e resiliência climáticas direcionadas e acionáveis.

Essas estratégias devem abordar as vulnerabilidades identificadas e promover a igualdade e a inclusão de gênero.

Ações

Use percepções para informar as principais avaliações - O conhecimento e as histórias compartilhadas por mulheres, meninas e grupos marginalizados engajados devem ser usados para obter uma imagem dos impactos reais das mudanças climáticas nas comunidades marginalizadas. Isso ajudará a informar as [Avaliações de Risco e Vulnerabilidade e Acesso à Energia e Pobreza as Avaliações de \(GCoM 2023\)](#).

Integre experiências vividas em sua estratégia - Use percepções, histórias e estudos de caso para identificar possíveis ações para o seu plano de ação climática. Considere o uso de uma matriz simples (Figura 1) para sobrepor esses dados e começar a mapear as possíveis ações.

Aproveite as adaptações climáticas locais - Reconheça o papel vital das práticas de adaptação lideradas pela comunidade. Essas práticas devem ser reconhecidas como medidas de adaptação válidas e ativamente integradas em seus planos de ação climática e de acesso à energia.

Identifique ações intersetoriais - Ao analisar as evidências coletadas, você pode descobrir que as principais ações de mitigação e adaptação estão fora de sua competência imediata (por exemplo, governança, habitação, emprego, soluções financeiras). Registre-as em sua matriz de ação e levante-as com seus grupos de trabalho, como o Conselho Consultivo.

Crie uma linha de base - Combine dados e experiências vividas nas etapas anteriores para entender o nível de exposição que as mulheres, meninas e outros grupos sofrem atualmente. Use isso para medir e acompanhar as melhorias ao longo do tempo.

Figura 1: Exemplo de uma matriz

Engajado grupo / área	Impacto climático	Exposição	Vulnerabilidade	Capacidade de adaptação	Ações em potencial / observações
Trabalhadores informais (por exemplo, vendedores ambulantes) em favelas urbanas	Ondas de calor recorde levam a riscos à saúde, perda de renda e deterioração de alimentos	Assentamentos informais congestionados; moradias com telhado de lata; trabalho ao ar livre sem proteção ou saneamento	Mulheres de meia-idade em trabalho informal, na menopausa, com responsabilidades de cuidado, família de baixa renda	Muito limitado: perda de salários diários, sem refrigeração, saúde precária, sem proteção no trabalho	Priorizar a adaptação ao calor: mercados sombreados, abrigos de resfriamento, acesso a instalações sanitárias públicas seguras e gerenciadas, sistemas de alerta de calor; divulgação de saúde específica para a menopausa; seguro climático; melhorar as condições de moradia

Planejamento urbano inclusivo com o Her City Toolbox: No bairro de Mahate, em Pemba, Província de Cabo Delgado, Moçambique, a ONU-Habitat está trabalhando com a administração da cidade para capacitar as comunidades deslocadas na elaboração de um Plano de Ação de propriedade local. Esse processo participativo garante que as vozes da comunidade sejam integradas ao projeto e à entrega da infraestrutura do bairro. Mais de 100 partes interessadas contribuíram para o planejamento de um local destinado a beneficiar 5.000 residentes, com foco especial em mulheres e meninas. Para facilitar esse envolvimento, foi utilizada a kit de ferramentas "Her City", que capacita profissionais municipais, agentes urbanos e tomadores de decisão locais com ferramentas práticas para integrar a juventude, o gênero e a inclusão socioeconômica no desenvolvimento urbano.

PASSO 5

Desenvolva um plano de ação climática inclusivo

Após identificar as possíveis ações, crie oportunidades para validá-las com as comunidades já envolvidas. Envolve-as na cocriação de soluções que darão forma ao seu plano de ação climática. Proponha medidas de mitigação e adaptação baseadas nas experiências vividas pelas comunidades mais vulneráveis, reconhecendo e aproveitando o conhecimento local existente e as estratégias adaptativas como formas válidas de resiliência.

Ações

Cocriar ações por meio de engajamento inclusivo - Validar as medidas de mitigação e adaptação propostas com comunidades já engajadas, especialmente mulheres, meninas e outros grupos marginalizados. Use métodos participativos para cocriar ações que reflitam o conhecimento local e avalie criticamente as consequências negativas não intencionais. Por exemplo, melhorias na infraestrutura ou mesmo iniciativas de ecologização podem, às vezes, levar à gentrificação e ao deslocamento de moradores de baixa renda (World Habitat, 2015).

Estratégia de base nas realidades locais - Inclua um perfil social da cidade que identifique quem é mais vulnerável aos riscos climáticos, com base em fatores intersetoriais. Descreva claramente como as ações propostas respondem diretamente a essas vulnerabilidades.

Centralize a igualdade e a inclusão de gênero - Destaque a importância das práticas inclusivas desenvolvendo um capítulo dedicado à interseção entre mudança climática, gênero e igualdade social. Certifique-se de que esse tema esteja presente em todos os outros estágios do plano.

Transforme o conhecimento em ação - Identifique medidas tangíveis que atendam às necessidades de mulheres, meninas e comunidades marginalizadas em todos os temas, como energia, água, resíduos, mobilidade e soluções baseadas na natureza. Priorize ações que sejam mensuráveis e inclua mecanismos de monitoramento, avaliação, responsabilidade e aprendizado (MEAL). Inclua histórias da comunidade e estudos de caso para ilustrar os desafios e as soluções a partir de uma perspectiva de experiência vivida.

Mantenha a simplicidade e o foco - Soluções simples, direcionadas e lideradas pela comunidade geralmente são as mais eficazes. Esteja aberto à inovação e projete com as pessoas.



Incorporação da equidade social no roteiro de economia circular de Turku: A cidade de Turku, na Finlândia, desenvolveu um roteiro de economia circular como parte de sua estratégia de neutralidade climática usando um processo socialmente inclusivo e participativo que envolveu mais de 200 partes interessadas. Foi o primeiro roteiro desse tipo a incorporar sistematicamente a equidade social, realizando avaliações de risco para identificar possíveis impactos em diferentes grupos populacionais. A cidade aplicou o [Guia de Transições Equitativas do ICLEI](#) (ICLEI 2022) para garantir que cada iniciativa melhorasse o acesso, a participação e as oportunidades. Isso levou a resultados tangíveis, como sistemas alimentares circulares inclusivos, programas de aprimoramento de habilidades e espaços reaproveitados para uso comunitário.



1

2

3

4

5

6

7

8

9

PASSO 6

Adote um financiamento climático inclusivo e equitativo em termos de gênero

O financiamento climático equitativo garante que os recursos cheguem às pessoas mais afetadas pelas mudanças climáticas, priorizando a igualdade de gênero e a inclusão na ação climática. Os produtos, serviços e investimentos financeiros devem ser acessíveis e beneficiar a todos, inclusive os grupos marginalizados.

Ao adotar abordagens como o orçamento de gênero (ONU Mulheres, 2010) e o orçamento participativo (Participatory Budget Project, n.d.), as comunidades podem influenciar diretamente como os orçamentos locais são gastos, incorporando a inclusão na tomada de decisões financeiras. Além de gerenciar seus próprios orçamentos, as cidades também podem atuar como facilitadoras, conectando instituições financeiras com indivíduos, grupos de base e organizações comunitárias. Elas podem capacitar diretamente esses grupos para que tenham acesso a serviços e produtos financeiros, apoiando a ampliação de soluções climáticas inclusivas e lideradas localmente.

Ações

Orçamento e alocação de recursos - Sempre que possível, aloque orçamentos para recursos internos, como especialistas em gênero e inclusão, treinamento para equipes internas, financiamento para um grupo de trabalho de gênero e inclusão e envolvimento da comunidade.

Garantir financiamento para soluções lideradas pela comunidade - Candidatar-se a fundos verdes nacionais ou internacionais para apoiar a entrega de soluções lideradas pela comunidade (por exemplo, fundo climático verde, fundo de lacuna de financiamento climático para cidades).

Capacitar as comunidades - Adotar processos de orçamento [participativos](#) y con perspectiva de género. Esto empoderará directamente a los grupos marginae de género. Isso capacitará diretamente os grupos marginalizados a tomar decisões que reflitam suas prioridades locais e experiências vividas.

Acesso e mobilização de financiamento - Atuar como intermediário entre as comunidades e os financiadores, apoiando organizações de base que podem não ter acesso formal a fundos climáticos.

Desenvolvimento de políticas e parcerias - Apoiar empresas locais, ONGs, organizações de base e líderes comunitários que trabalham com grupos marginalizados para desenvolver sua capacidade de acessar e gerenciar financiamentos. Trabalhe com as comunidades para aumentar a conscientização sobre as opções financeiras para a mitigação do clima, como o seguro contra riscos climáticos (CRI (IRGPCE, 2025).

Governança e responsabilidade - Estabeleça sistemas de monitoramento transparentes que acompanhem como os fundos climáticos são alocados e quem se beneficia. Use dados qualitativos e quantitativos por gênero, idade e outros fatores relevantes. Torne esses dados visíveis e acessíveis compartilhando-os publicamente por meio de painéis de controle em tempo real e outras ferramentas visuais de fácil compreensão.

Orçamento climático de Cuenca - poder para as pessoas: Em Cuenca, Equador, o orçamento participativo tem capacitado as comunidades a moldar os investimentos locais desde o início dos anos 2000. Entre 2017 e 2019, os residentes selecionaram cerca de 700 projetos no valor de mais de US\$19 milhões, 89% focados em medidas de adaptação climática, como sistemas de drenagem, proteção contra enchentes e melhorias em espaços verdes. O processo foi intencionalmente inclusivo: o financiamento priorizou as 21 paróquias mais pobres da cidade e 60% dos participantes eram mulheres. Os moradores foram envolvidos em todo o processo, desde o planejamento e votação até a implementação e supervisão, criando confiança e propriedade local.

PASSO 7

Implemente ações climáticas inclusivas e de gênero

Tome medidas para garantir que a meta de alcançar a igualdade e a inclusão de gênero não seja deixada de lado ou deixada como intenção estratégica. A igualdade e a inclusão de gênero devem permanecer no centro da execução por meio de liderança dedicada, processos claros em todas as ações e responsabilidade por meio de monitoramento, avaliação e aprendizado contínuos.

Ações

Esclarecer funções, responsabilidades e relatórios - Devem ser estabelecidas funções e responsabilidades claras para o gênero e a inclusão em todos os estágios da execução do projeto, desde o conceito e a aquisição até a implementação, o monitoramento e a avaliação. Defina estruturas de monitoramento, como [métricas baseadas em igualdade de gênero, deficiência e inclusão social \(GEDSI\) \(OCEAN GEDSI, 2025\)](#) e indicadores para acompanhar o progresso e os resultados em relação às metas. Formalize isso por meio de políticas escritas, sistemas de relatórios e controle de desempenho.

Fortalecer a função do(s) especialista(s)/campeão(ões) em gênero e inclusão - Os especialistas ou campeões devem continuar a supervisionar a implementação das metas estratégicas de inclusão, garantindo que os princípios estabelecidos no início permaneçam no centro de todas as ações, projetos e decisões. Eles devem supervisionar e monitorar como cada projeto cumpre seus objetivos específicos de gênero e inclusão.

Incorporar gênero e inclusão em todos os projetos e programas climáticos - Todos os projetos de desenvolvimento e infraestrutura devem atender às necessidades específicas de mulheres, meninas e grupos marginalizados, conforme identificado na base de evidências local. As propostas de projetos devem incluir análises de gênero e objetivos inclusivos. Isso é especialmente importante para grandes parcerias de infraestrutura ou público-privadas.

Envolvimento participativo - Continuar a cocriar projetos por meio do envolvimento participativo com mulheres, meninas e comunidades marginalizadas. Suas vozes devem moldar o planejamento, o projeto, o desenvolvimento e a tomada de decisões de todos os programas e projetos.

Fornecer soluções por meio de iniciativas lideradas pela comunidade - para promover a capacitação, a geração de renda e a inclusão social, apoiando a adaptação e a mitigação sustentáveis do clima e, ao mesmo tempo, compartilhando a responsabilidade de fornecer benefícios tangíveis às comunidades.



Da vulnerabilidade ao empoderamento: *Marias na Construção* é uma iniciativa pioneira da Prefeitura de Salvador, Brasil, voltada para o treinamento técnico e a inclusão socioprodutiva de mulheres, com ênfase especial nas sobreviventes de violência de gênero. O programa é uma parceria público-privada entre a Prefeitura de Salvador e a filial baiana do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e oferece cursos gratuitos em setores da indústria da construção tradicionalmente dominados por homens. Mais de 500 mulheres já foram treinadas em cursos técnicos relacionados à construção, com uma forte taxa de emprego após a conclusão. O projeto foi criado em resposta às necessidades da comunidade, priorizando a inclusão de grupos vulneráveis para promover a capacitação econômica e apoiar a economia local.



1

2

3

4

5

6

7

8

9

PASSO 8

Adote aquisições inclusivas e equitativas em termos de gênero

As aquisições públicas podem ajudar a lidar com as desigualdades, criando oportunidades econômicas para grupos marginalizados. Por exemplo, ao priorizar contratos para empresas lideradas por mulheres, de propriedade de minorias ou locais, as cidades e os governos locais podem apoiar fornecedores sub-representados e beneficiar diretamente a comunidade local. A inclusão de cláusulas de valor social, como a contratação de grupos marginalizados ou a oferta de treinamento, garante que os gastos públicos proporcionem benefícios mais amplos, como capacitação e empoderamento. Condições de trabalho justas, remuneração igual e políticas inclusivas podem ser exigidas dos fornecedores. Simplificar o processo de licitação e oferecer suporte pode tornar a aquisição mais acessível.

Ações

Desenvolver resumos de projetos com base nas necessidades da comunidade

- Use os dados do envolvimento anterior com grupos locais para elaborar resumos de projetos socialmente responsivos que reflitam as experiências vividas, as necessidades e as prioridades das comunidades marginalizadas. Isso ajuda a garantir que os projetos beneficiem diretamente os mais afetados. Para projetos menores e direcionados, considere formas inovadoras de envolver a comunidade na cocriação do briefing.

Priorize empresas locais e inclusivas - Projete processos de aquisição para favorecer pequenas e médias empresas locais, especialmente aquelas lideradas por mulheres ou que empregam membros marginalizados da comunidade. Incorporar práticas éticas e sustentáveis, garantindo a rastreabilidade da cadeia de suprimentos e excluindo fornecedores ligados a violações de direitos humanos e/ou trabalhistas.

Forneça capacitação e suporte - Ofereça workshops, treinamentos e orientação para ajudar os fornecedores marginalizados a entender e navegar com sucesso nos processos de aquisição.

Exigir planos de empreiteiros focados na equidade - Os empreiteiros devem apresentar planos detalhados demonstrando como promoverão a igualdade e a inclusão de gênero, incluindo a contratação de mão de obra local de grupos vulneráveis e a parceria com organizações comunitárias para o envolvimento contínuo e a cogestão.

Monitorar a responsabilidade do empreiteiro - Acompanhe e analise o desempenho dos empreiteiros em relação aos compromissos de equidade durante todo o projeto para garantir que eles estejam cumprindo a contratação inclusiva, o envolvimento da comunidade e os resultados equitativos em alinhamento com seus planos.

Compras inclusivas para capacitação local: Avilés, uma pequena cidade no norte da Espanha, integrou cláusulas sociais às compras públicas desde 2009 para promover o emprego inclusivo. A cidade exige que as empreiteiras contratem pessoas de grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, desempregados de longa duração, trabalhadores mais velhos e migrantes. Para apoiar isso, ela oferece treinamento e assistência técnica tanto para a equipe municipal quanto para as empresas sociais, permitindo que elas participem de licitações. Uma equipe dedicada oferece suporte de acompanhamento para garantir que as pessoas sejam integradas com sucesso à força de trabalho. Essa abordagem levou ao emprego de mais de 500 pessoas de origens desfavorecidas e agora é considerada uma boa prática replicável em toda a Europa.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

PASSO 9

Incorporar o monitoramento, a avaliação, a responsabilidade e o aprendizado (MEAL)

Embora o CRF estabeleça requisitos para o monitoramento, as cidades podem aprimorá-lo acompanhando os impactos da equidade social dos planos de ação climática e projetos relacionados. A abordagem MEAL é uma das estruturas mais amplamente utilizadas para compreender os benefícios das intervenções, bem como para acompanhar e melhorar sua implementação.

Ações

Defina indicadores claros para medir as melhorias - eles devem refletir as necessidades levantadas pelas comunidades marginalizadas por meio do envolvimento participativo anterior. Sempre que possível, o processo deve ser transformador, com metas e indicadores que meçam a mudança estrutural. Essas metas podem incluir mudanças nas políticas, maior acesso a oportunidades de emprego, desenvolvimento de habilidades, aumento da confiança e melhoria do bem-estar. A definição e o monitoramento desses indicadores podem envolver diversos profissionais, como assistentes sociais e sociólogos.

Monitore o progresso coletando dados desagregados - Acompanhe o cumprimento das metas de gênero e inclusão, bem como as melhorias em relação à sua linha de base, coletando dados desagregados por vários fatores, como sexo, idade, nível de renda, deficiência e outros fatores relevantes.

Dados qualitativos para avaliações inclusivas - Valide a eficácia das ações climáticas com base nas experiências vividas pelas pessoas mais afetadas. Avalie se suas ações estão realmente reduzindo as desigualdades sociais e de gênero e contribuindo para mudanças no poder.

Fortaleça a responsabilidade - Estabeleça mecanismos transparentes que permitam que as comunidades afetadas forneçam feedback ou levantem preocupações.

Adapte e melhore com base no que aprender - Use as percepções coletadas dos indicadores sociais, dados desagregados e feedback da comunidade para entender o que está funcionando, o que não está e por quê. Aplique essas percepções para aprimorar os processos, inclusive ações climáticas, mecanismos de implementação, procedimentos de aquisição e decisões de investimento. Isso também ajudará a criar credibilidade junto às comunidades, mostrando que suas contribuições resultam em mudanças tangíveis.

Facilite a aprendizagem cruzada e o compartilhamento de conhecimentos - Colete estudos de caso e compartilhe aprendizados entre as equipes para influenciar mudanças mais amplas.

Cuidando de quem cuida: construindo o poder das mulheres por meio da economia circular: O Caring Women - Hearts that Care em Despeñaderos, Argentina, é um programa que capacita mulheres cuidadoras de pessoas com deficiências, apoiando seu crescimento pessoal, independência econômica e conscientização ambiental por meio da reciclagem de têxteis. As mulheres são treinadas na reutilização de resíduos têxteis para produzir e vender itens artesanais, ajudando-as a desenvolver a autoestima, a renda e as redes de apoio. Devido às suas metas ambiciosas e multidimensionais, uma abordagem ágil de monitoramento e avaliação foi adotada desde o início para garantir que as metas fossem atingidas e para aprender e se adaptar à medida que o projeto evoluísse. Por exemplo, a contribuição regular de uma equipe de psicólogos, assistentes sociais e facilitadores mostrou-se essencial para apoiar o bem-estar emocional e social das mulheres, juntamente com seu crescimento profissional. Esse processo de monitoramento responsivo e inclusivo foi fundamental para fortalecer os resultados do projeto, garantindo seu sucesso a longo prazo.



1

2

3

4

5

6

9

8

9

GLOSSÁRIO DE TERMOS

Ação climática

Esforços intensificados para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação aos impactos induzidos pelo clima.

Ação climática inclusiva (ICA)

Uma abordagem que considera como diferentes pessoas e comunidades podem ser afetadas pelas mudanças climáticas e pelas ações climáticas, considerando seu bem-estar, prosperidade e localização em uma cidade.

Adaptação climática

Significa tomar medidas para se preparar e se ajustar aos impactos atuais e futuros da mudança climática. O objetivo da adaptação climática é reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência ao lidar com os efeitos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos mais frequentes. A adaptação pode assumir várias formas, inclusive mudanças no planejamento urbano, no projeto de infraestrutura e nas práticas agrícolas para lidar melhor com as condições ambientais em evolução.

Assentamento informal

Uma comunidade ou bairro onde as pessoas vivem sem posse segura de terra ou reconhecimento oficial do Estado. Esses assentamentos geralmente não têm acesso confiável a serviços urbanos básicos, como água encanada, eletricidade, saneamento e conectividade de última milha. Os residentes geralmente enfrentam desafios relacionados à infraestrutura precária, superlotação e proteções legais limitadas.

Avaliações de risco e vulnerabilidade e avaliações de acesso à energia e pobreza

Essas avaliações referem-se a processos que identificam quem e o que corre mais risco com os riscos climáticos e avaliam até que ponto as comunidades de baixa renda e vulneráveis podem ter acesso à energia confiável e acessível. Essas avaliações ajudam a orientar a adaptação direcionada e as intervenções energéticas equitativas, conforme descrito na nota de orientação do GCoM sobre avaliações de risco e vulnerabilidade climática (CRVA) e avaliações de acesso à energia e pobreza.

Capacidade de adaptação

A capacidade das pessoas, comunidades ou sistemas de reduzir os riscos climáticos por meio de planejamento, tecnologia, educação e recursos. Também inclui a capacidade de aproveitar novas oportunidades decorrentes da mudança climática (por exemplo, mudança de culturas ou melhoria das condições de moradia).

Comunidades indígenas

Um grupo distinto de pessoas com uma conexão histórica com um território específico e que compartilham uma identidade cultural, um idioma e sistemas sociais. Em geral, elas têm uma forte ligação com os recursos naturais de seu território e podem entrar em conflito com sistemas invasores e generalizados. As comunidades indígenas podem ser uma fonte vital de conhecimento local para a adaptação climática.

Conselho consultivo externo

Um painel de especialistas independentes ou partes interessadas que fornecem orientação, supervisão e responsabilidade para projetos ou iniciativas, geralmente para garantir a inclusão, a transparência e o impacto.

Contribuições determinadas nacionalmente (NDCs)

Planos nacionais de ação climática apresentados pelos países no âmbito do Acordo de Paris, descrevendo os esforços para reduzir as emissões e adaptar-se às mudanças climáticas. Os indicadores de progresso de gênero nos NDCs medem como as considerações de gênero são integradas a esses planos.

Dados qualitativos

Dados não numéricos que fornecem profundidade e contexto, geralmente coletados por meio de entrevistas, grupos de foco ou estudos de caso para entender experiências, motivações e perspectivas.

Dados quantitativos

Informações que podem ser contadas, medidas ou expressas numericamente e analisadas como um conjunto de fatos. Os dados quantitativos geralmente são apresentados como objetivos.

Entretanto, quando considerados em relação à integração de gênero, deve-se reconhecer que a desigualdade sistêmica pode distorcer os dados apresentados como realidade objetiva.

Defensor de gênero e inclusão

Um indivíduo ou grupo que promove ativamente a igualdade de gênero e uma inclusão mais ampla, defendendo a integração de diversas perspectivas de gênero e práticas inclusivas em sua organização ou campo de trabalho. Essa função pode ser desempenhada por uma ou várias pessoas ou agências e pode incluir a participação como parte de um conselho consultivo ou de um grupo de trabalho dedicado.

Os defensores do gênero e da inclusão ajudam a promover mudanças culturais, influenciar políticas e garantir que diversas vozes sejam ouvidas e consideradas nos processos de tomada de decisão.

Emprego informal

Trabalho informal que não é registrado no estado. Esse trabalho geralmente é precário e carece de proteção legal, acesso à seguridade social e direitos trabalhistas. Mulheres e grupos marginalizados têm maior probabilidade de trabalhar em empregos informais.

Empregos verdes

Esse termo geralmente se refere a empregos em setores ambientalmente sustentáveis, como energia renovável ou eficiência energética.

Equidade

Reconhece as disparidades sistêmicas e tem como objetivo oferecer oportunidades justas, atendendo a necessidades específicas e removendo barreiras.

Exposição

Descreve o grau em que um território ou grupo está sujeito aos impactos climáticos, influenciado pela localização, pelo terreno e pelos estilos de vida. Diferentes locais ou populações em uma mesma área podem enfrentar riscos diferentes, dependendo desses fatores.

Igualdade

Esse termo significa dar a todos os mesmos recursos ou oportunidades, presumindo que todos partam do mesmo lugar.

Impactos climáticos

Refere-se aos efeitos físicos da mudança climática (por exemplo, calor extremo, frio extremo, tempestades ou mudanças na precipitação) que influenciam a economia, o meio ambiente e a sociedade. A natureza e a gravidade desses impactos são moldadas pela geografia, pelo contexto local e pela resiliência dos sistemas humanos. Embora alguns efeitos

possam ter resultados variados, como estações de crescimento mais longas em determinadas regiões, muitos impactos climáticos representam riscos significativos para a saúde, os meios de subsistência e a infraestrutura.

Inclusivo

A prática de incluir as partes interessadas e as comunidades relevantes, especialmente os grupos marginalizados, no processo de elaboração de políticas e de governança urbana, para garantir um processo político justo com resultados equitativos.

Integração de gênero

Uma estratégia para integrar perspectivas de gênero em todos os níveis de políticas, programas e projetos e permitir a mudança do sistema, capacitando as mulheres a realizar mudanças dentro dos sistemas, em vez de replicar a desigualdade existente e inerente.

Justiça climática

Compreensão e abordagem das mudanças climáticas centradas nas pessoas. A justiça climática entende que a ação sobre as mudanças climáticas está ligada à igualdade, equidade e inclusão (RTPI, 2020).

Justiça social

Esse termo refere-se à distribuição justa e equitativa de recursos, oportunidades e privilégios em uma sociedade, garantindo que todos os indivíduos e grupos, especialmente aqueles historicamente marginalizados ou em desvantagem, tenham acesso igual a direitos, proteções e participação. Ela envolve a abordagem de desigualdades sistêmicas, desequilíbrios de poder e estruturas sociais que perpetuam a discriminação e a exclusão, com o objetivo de promover a inclusão, a dignidade e a justiça para todos os membros da sociedade.

Mitigação climática

A mitigação do clima envolve ações que limitam as emissões de gases de efeito estufa (GEE) ou reduzem seus níveis na atmosfera. Isso inclui a redução das emissões do uso de energia, do uso da terra e o aprimoramento dos sumidouros de carbono que absorvem CO2 natural ou artificialmente. O objetivo é reduzir as emissões causadas pelo homem a zero líquido para limitar o aquecimento global, apoiando um ambiente estável para pessoas e ecossistemas. A mitigação eficaz requer a compreensão das fontes de emissão e o uso de ferramentas técnicas, políticas e sociais para reduzi-las. (IPCC, 2022).

Norte Global

Refere-se aos países economicamente desenvolvidos, principalmente na América do Norte e na Europa, que historicamente contribuíram mais para as emissões de gases de efeito estufa e geralmente têm mais recursos para se adaptar aos impactos climáticos.

Orçamento participativo

Essa forma de orçamento permite que as comunidades influenciem diretamente como os orçamentos locais são gastos.

Portal de dados de migração

O portal de dados de migração é uma plataforma on-line abrangente gerenciada pelo centro de análise de dados de migração global (GMDAC) da organização internacional para migração (OIM). Ele funciona como um hub central para dados de migração oportunos, confiáveis e comparáveis globalmente, fornecendo insights sobre tendências, políticas e estatísticas de migração internacional.

Práticas de adaptação

As práticas de adaptação são ações e estratégias adotadas para se ajustar

aos impactos atuais ou esperados das mudanças climáticas. Essas práticas têm como objetivo reduzir os danos, criar resiliência ou aproveitar as novas oportunidades resultantes das mudanças relacionadas ao clima. Elas podem ser implementadas em diferentes níveis, inclusive individual, comunitário e institucional, e podem ser proativas (planejadas) ou reativas (em resposta a eventos).

Resiliência climática

Planejar locais resilientes ao clima significa prever o impacto das mudanças climáticas em um contexto altamente local e garantir que as cidades estejam preparadas para resistir aos efeitos, tomando medidas proativas para reduzir a vulnerabilidade aos impactos climáticos e desenvolver a capacidade de adaptação às condições de mudança.

Serviços ecossistêmicos

Os benefícios que as pessoas obtêm da natureza, como ar e água limpos, regulação do clima e espaço de recreação. Nas áreas urbanas, esses benefícios geralmente são proporcionados pela infraestrutura verde e azul, como parques, árvores e áreas úmidas,

Sul global

Termo usado para se referir a países, principalmente na África, América Latina, Ásia e Oceania, que são historicamente menos desenvolvidos economicamente e, muitas vezes, mais vulneráveis às mudanças climáticas, apesar de contribuírem menos para as emissões globais.

Transição climática socialmente justa

Transição para uma economia de baixo carbono que garanta justiça e inclusão para todos os envolvidos.

Vulnerabilidade

Conceito frequentemente usado para descrever grupos que correm mais riscos durante desastres e crises, como mulheres e meninas, crianças, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crônicas ou traumas. Entretanto, a vulnerabilidade não é inerente a esses grupos. Enquadrar as mulheres apenas como vulneráveis ignora suas diversas funções, inclusive como líderes, protetoras e agentes ativas na resposta e recuperação de crises. A compreensão da vulnerabilidade requer atenção às desigualdades estruturais e às capacidades dos indivíduos e das comunidades de responder ao risco (PNUD, 2014).

LISTA DE REFERÊNCIAS

1. Banco Mundial. (2009). Social Dimensions of Climate Change (Dimensões sociais da mudança climática): Equity and Vulnerability in a Warming World (Equidade e vulnerabilidade em um mundo em aquecimento). Disponível em: [Dimensiones sociales del cambio climático: equidad y vulnerabilidad en un mundo en calentamiento](https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/7d290fa9-da18-53b6-a1a4-be6f7421d937)
2. Banco Mundial. (2023). Making Cities Green, Resilient, and Inclusive in a Changing Climate [Tornando as Cidades Verdes, Resilientes e Inclusivas em um Clima em Mudança]. Washington, DC: Banco Mundial. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/7d290fa9-da18-53b6-a1a4-be6f7421d937>
3. Governo do Canadá. (2024). O Canadá aumenta os esforços de conservação e restauração com investimentos em 27 novas soluções climáticas naturais lideradas por indígenas. Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Canadá. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/news/2024/01/canada-boosts-conservation-and-restoration-efforts-with-investments-in-27-new-indigenous-led-natural-climate-solutions.html>
4. Kothari, A. (2025). Playbook for integrating gender into climate finance vehicles. Catalytic Climate Finance Facility. Disponível em: <https://www.ccfacility.org/learning-hub/playbook-for-integrating-gender-into-climate-finance-vehicles>
5. IPCC. (2022). Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability (Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade). Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>
6. Banco Mundial. (2009). Social Dimensions of Climate Change (Dimensões sociais da mudança climática): Equity and Vulnerability in a Warming World [Equidade e vulnerabilidade em um mundo em aquecimento]. Disponível em: [Dimensiones sociales del cambio climático: equidad y vulnerabilidad en un mundo en calentamiento](https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/7d290fa9-da18-53b6-a1a4-be6f7421d937)
7. ONU-Habitat. (2020). Relatório sobre as cidades do mundo 2020: O valor da urbanização sustentável. ONU-Habitat: Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/10/wcr_2020_report.pdf
8. OECD (2018) Divided Cities: Understanding Intra-urban Inequalities (Entendendo as desigualdades intraurbanas). Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/divided-cities_9789264300385-en.html
9. ONU-Habitat. (2020). Relatório sobre as cidades do mundo 2020: The Value of Sustainable Urbanization (O valor da urbanização sustentável). ONU-Habitat: Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/10/wcr_2020_report.pdf
10. C40 Cities & Global Covenant of Mayors (2022) Equity and Inclusivity in Climate Action Planning. [Equidade e inclusão nos Planos de Ação Climática] Centro de Conhecimento da C40. Disponível em: <https://www.c40knowledgehub.org/s/topic/0TO1Q000000UAF7WAO>
11. Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics [Uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, à teoria feminista e à política antirracista]. Fórum Jurídico da Universidade de Chicago
12. Dieleman, A. (2024). Indigenous Housing and Climate Resilience in Canada, Instituto Canadense para o Clima. Canadá. Disponível em: <https://coilink.org/20.500.12592/4cq5www.on.09.Jun.2025.COI:20.500.12592/4cq5www>
13. ONU Mulheres. (2023). The 11 biggest hurdles for women's equality by 2030 [Os 11 maiores obstáculos para a igualdade das mulheres até 2030]. Disponível em: [The 11 biggest hurdles for women's equality by 2030 | UN Women – Headquarters](https://www.unwomen.org/en/news/stories/2023/09/the-11-biggest-hurdles-for-women-s-equality-by-2030)
14. UNICEF South Asia & Waheed, Z. (2023). As maiores vítimas da mudança climática são mulheres e meninas. Disponível em: [Climate Change's greatest victims are women and girls | UNICEF South Asia](https://www.unicef.org/southasia/stories/as-maiores-vitimas-da-mudanca-climatica-sao-mulheres-e-meninas)
15. PNUD e Aliança Global de Gênero e Clima. (2016). Gender Equality in National Climate Action [Igualdade de gênero na ação climática nacional]: Planning for Gender-Responsive Nationally Determined Contributions. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/gender-equality-national-climate-action-planning-gender-responsive-nationally-determined-contributions>
16. Governo do Canadá. (2024). O Canadá aumenta os esforços de conservação e restauração com investimentos em 27 novas soluções climáticas naturais lideradas por indígenas. Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Canadá. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/environment-climate-change/news/2024/01/canada-boosts-conservation-and-restoration-efforts-with-investments-in-27-new-indigenous-led-natural-climate-solutions.html>

- 17.** Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2018). Mulheres e homens na economia informal: Um quadro estatístico. 3rd edn. Genebra: OIT. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_626831/lang--en/index.htm
- 18.** Fry, L. & Lei, P. (2021). Um futuro mais verde e mais justo: Por que os líderes precisam investir no clima e na educação de meninas. Fundo Malala. Disponível em: https://assets.ctfassets.net/0oan5gk9rgbh/OFgutOPKIFoi5lfY2iwFC/6b2fffd2c893ebdebee60f93be814299/MalalaFund_GirlsEducation_ClimateReport.pdf
- 19.** PNUD e Aliança Global de Gênero e Clima. (2016). Gender Equality in National Climate Action [Igualdade de gênero na ação climática nacional]: Planning for Gender-Responsive Nationally Determined Contributions. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/gender-equality-national-climate-action-planning-gender-responsive-nationally-determined-contributions>
- 20.** Banco Mundial. (2020). Estratégia de gênero do Banco Mundial 2016-2023: Gender Equality, Poverty Reduction and Inclusive Growth (Igualdade de gênero, redução da pobreza e crescimento inclusivo). Washington, DC: Banco Mundial. Disponível em <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/828271467992505410/world-bank-group-gender-strategy-2016-2023>
- 21.** Organização Mundial da Saúde (OMS) (2022) Gender, equity and human rights. Genebra: OMS. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/352699/9789240046726-eng.pdf>
- 22.** Dieleman, A., 2024. Indigenous Housing and Climate Resilience in Canada, Instituto Canadense do Clima. Canadá. Disponível: https://coilink.org/20.500.12592/4cq5www_on_09_Jun_2025. COI: 20.500.12592/4cq5www.
- 23.** UNFPA. (2024). Um planeta em aquecimento, um mundo em desintegração: Mulheres e meninas pagam o preço na linha de frente da crise climática, segundo nova análise do UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.unfpa.org/press/warming-planet-world-unraveling-women-and-girls-pay-price-frontlines-climate-crisis-new-unfpa>
- 24.** ACNUR. (2021). Violência baseada em gênero. ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. Disponível em <https://www.unhcr.org/gender-based-violence.html> (Accessed: 9 June 2025).
- 25.** PNUD & Chao, V. (2025). 5 ways to advance gender equality in the next round of national climate pledges [5 maneiras de promover a igualdade de gênero na próxima rodada de compromissos climáticos nacionais]. Disponível em: <https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/5-ways-advance-gender-equality-next-round-national-climate-pledges>
- 26.** PNUD e Chao, V. (2025). 5 ways to advance gender equality in the next round of national climate pledges [5 maneiras de promover a igualdade de gênero na próxima rodada de compromissos climáticos nacionais]. Disponível em: <https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/5-ways-advance-gender-equality-next-round-national-climate-pledges>
- 27.** UNESCO. (n.d.). Gender Equality to solve the Climate Emergency [Igualdade de gênero para resolver a emergência climática]. Disponível em <https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2024/04/Call%20for%20Action-Climate-web.pdf>
- 28.** Banco Mundial. (2010). Social Dimensions of Climate Change [Dimensões sociais da mudança climática]: Equity and Vulnerability in a Warming World (Equidade e vulnerabilidade em um mundo em aquecimento). Editado por Robin Mearns e Andrew Norton. Washington, DC: Banco Mundial.
- 29.** Agência Federal de Gerenciamento de Emergências (FEMA). 2023. Apoio disponível para sobreviventes de incêndios florestais que estejam enfrentando violência doméstica. Disponível em: <https://www.fema.gov/press-release/20231117/support-available-wildfire-survivors-facing-domestic-violence>
- 30.** União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). 2020. Gender-based violence and environment linkages: The violence of inequality [A violência da desigualdade]. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2020-002-En.pdf>
- 31.** Aliança de Cidades. (2022). Women-Friendly Urban Planning [Planejamento urbano favorável às mulheres]: A Toolkit from Cities of the Global South (Um kit de ferramentas das cidades do Sul Global). Disponível em: https://www.citiesalliance.org/sites/default/files/2022-04/Cities%20Alliance_Toolkit_for_women-friendly_urban_planning_2022.pdf
- 32.** Nações Unidas. (2015). Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://sdgs.un.org/publications/transforming-our-world-2030-agenda-sustainable-development-17981>

33. UNFCCC. (2024). Gênero e mudança climática | UNFCCC. [on-line] Disponível em: <https://unfccc.int/documents/644433>

34. ONU Mulheres. (2022). Gender Equality [Igualdade de gênero]: Women's Resilience to Climate Change [Resiliência das mulheres às mudanças climáticas]. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/in-focus/2022/03/in-focus-women-and-girls-on-the-front-line-of-climate-change>

35. The Commonwealth. (2022). Gender Integration in NDCs: A Commonwealth Best Practice Guide. [Integração de gênero nas NDCs: uma prática recomendada da Commonwealth Guia de boas práticas] [on-line] Disponível em: <https://www.thecommonwealth-ilibrary.org/index.php/comsec/catalog/view/1076/1074/9548>

36. Soubeyran, E. & Choudhary, K. (2023). Why do we need to accelerate the mainstreaming of gender into climate action? [Por que precisamos acelerar a integração da perspectiva de gênero nas ações climáticas?] Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment, London School of Economics and Political Science, 30 de junho. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/news/why-do-we-need-to-accelerate-the-mainstreaming-of-gender-into-climate-action/>

37. IPCC. (2022). Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability [Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade]. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas]. Cambridge University Press. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf

38. ONU-Habitat. (2020). Relatório Anual 2020. Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. Disponível em: <https://unhabitat.org/annual-report-2020>

39. Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia. (2024). Banking on Change - Finance for Local Action: Relatório de Impacto 2024. Disponível em: <https://www.globalcovenantofmayors.org/wp-content/uploads/2024/11/GCoM-Impact-Report-24.pdf>

40. Pacto Mundial de Alcaldes por el Clima y la Energía. (2019). La emergencia climática: aprovechar la oportunidad urbana. Coalición para las

Transiciones Urbanas. Disponible en: <https://www.globalcovenantofmayors.org/wp-content/uploads/2019/09/Climate-Emergency-Urban-Opportunity-report.pdf>

41. PNUMA. (2022). Water Scarcity in Cities [Escassez de água nas cidades]. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/report/water-scarcity-cities>

42. Banco Mundial. (2024). Community-Led Climate Adaptation in Informal Settlements [Adaptação climática liderada pela comunidade em assentamentos informais]. Washington, DC: Banco Mundial. Available at: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099042425143018382/pdf/P177977-8a7eaaa3-2466-430c-85fb-5b0cf9420a4d.pdf>

43. OMS. (2021). Mudanças climáticas e saúde. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>

44. UNDESA. (2018). 2018 Revision of World Urbanization Prospects [Revisão de 2018 das Perspectivas de Urbanização Mundial]. Disponível em: <https://www.un.org/en/desa/2018-revision-world-urbanization-prospects#:~:text=Projections%20show%20that%20urbanization%2C%20the,and%20Africa%2C%20according%20to%20a>

45. Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia. (2025). Agenda Global de Pesquisa e Ação. Disponível em <https://www.globalcovenantofmayors.org/press/global-research-and-action-agenda/>

46. C40 Women4Climate, C40 Cities. Developing Skills for Women Leadership in Climate Action [Desenvolvendo Habilidades para a Liderança Feminina na Ação Climática]. Disponível em: <https://www.c40.org/women4climate/developing-skills-for-women-leadership-in-climate-action/>

47. UN CC:e-Learn. (n.d.) Gender and Climate Change: from Impacts to Inclusive Adaptation. [Gênero e Mudança Climática: dos impactos à adaptação inclusiva] Disponível em: <https://unccelearn.org/course/view.php?id=142&page=overview&lang=en>

48. GCoM. (2023). Estrutura comum de relatórios Versão 7.0. Disponível em: <https://www.globalcovenantofmayors.org/wp-content/uploads/2023/11/CRF7-0-2023-09-14-final.pdf>

- 49.** Global Indigenous Data Alliance (GIDA), sem data. [Princípios da CARE para Governança de Dados Indígenas.] Disponível em: <https://www.gida-global.org/care>
- 50.** We Made That. (2024). Community Researcher Handbook (Manual do Pesquisador Comunitário). Disponível em: <https://cdn.sanity.io/files/qtd9n6q4/production/d994f8ee11c71319880df61e675d6d230699c1a2.pdf>
- 51.** C40 Cities e Arup. (2019). Inclusive Community Engagement [Engajamento comunitário inclusivo]: A Playbook for Cities. Grupo de Liderança Climática da C40 Cities. Disponível em <https://www.c40.org/women4climate/developing-skills-for-women-leadership-in-climate-action/>
- 52.** Aliança das Cidades. (2022). Women-Friendly Urban Planning Toolkit (Kit de ferramentas de planejamento urbano favorável às mulheres). Disponível em: <https://www.citiesalliance.org/resources/publications/cities-alliance-knowledge/women-friendly-urban-planning-toolkit>
- 53.** World Habitat. (n.d.). Caño Martín Peña Community Land Trust. Disponível em: <https://world-habitat.org/world-habitat-awards/winners-and-finalists/cano-martin-pena-community-land-trust/>
- 54.** GCoM. (2023). Relatório de impacto do Pacto Global de Prefeitos 2023. Disponível em: https://www.globalcovenantofmayors.org/wp-content/uploads/2023/12/GCoM-2023-Global-Impact-report-2023_10.12.2023.pdf
- 55.** World Habitat. (2015). Fundo Comunitário de Terras Caño Martín Peña. Disponível em: World Habitat. (2015). Fundo Comunitário de Terras Caño Martín Peña. Disponível em: <https://world-habitat.org/world-habitat-awards/winners-and-finalists/cano-martin-pena-community-land-trust/>
- 56.** ICLEI. (2022). Guia de Transições Equitativas. Disponível em: <https://circulars.iclei.org/wp-content/uploads/2022/06/Equitable-Transitions-Guidebook-1.pdf>
- 57.** ONU Mulheres. (2010). Gender responsive budgeting in practice: A training manual.[Orçamento responsivo ao gênero na prática: um manual de treinamento]. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2010/1/gender-responsive-budgeting-in-practice-a-training-manual>
- 58.** Proyecto de Presupuestos Participativos. (s. f.). Guías para kits de herramientas de+ . Disponible en: <https://www.participatorybudgeting.org/asset-type/guides-toolkits/>
- 59.** Centro de Excelência da Parceria Global InsuResilience. (2025). Vendedor de legumes constrói resiliência climática por meio de um esquema de seguro contra calor. Disponível em: <https://coe.insuresilience.org/wp-content/uploads/2025/01/Vegetable-vendor-builds-climate-resilience-through-a-Heat-Insurance-scheme.pdf>
- 60.** OCEAN GEDSI. (2025). Declaração de ambição e orientação para candidatos sobre igualdade de gênero, deficiência e inclusão social (GEDSI) Disponível em <https://oceangrants.org.uk/app/uploads/2025/01/OCEAN-GEDSI-Ambition-and-Guidance-Jan25-1.pdf>
- 61.** RTPI. (2020). Five reasons for climate justice in spatial planning [Cinco razões para a justiça climática no planejamento espacial]. Disponível em: <https://www.rtpi.org.uk/media/3682/five-reasons-for-climate-justice-in-spatial-planning.pdf>
- 62.** IPCC. (2022). Mudança Climática 2022: mitigação da mudança climática. Contribuição do Grupo de Trabalho III ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/downloads/faqs/IPCC_AR6_WGIII_FAQ_Chapter_01.pdf
- 63.** PNUD. (2014). A Toolkit: Gender Mainstreaming in Practice [Guia de Integração de gênero na prática]. Disponível em: <https://www.undp.org/kyrgyzstan/publications/toolkit-gender-mainstreaming-practice>

AGRADECIMENTOS

Sobre o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia

Como uma aliança global de cidades comprometidas com uma ação climática ambiciosa, o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia (GCoM) apoia os governos locais no desenvolvimento e na implementação de estratégias que não sejam apenas eficazes na redução de emissões, mas também equitativas e inclusivas. Com 13.700 cidades e governos locais em seis continentes e 147 países, representando coletivamente mais de 1 bilhão de pessoas, a missão do GCoM é garantir que a ação climática beneficie todas as comunidades, especialmente as mais vulneráveis aos impactos climáticos.

Visite <https://www.globalcovenantofmayors.org/>

Sobre WSP

A WSP é uma das principais empresas de serviços profissionais do mundo, unindo sua experiência em engenharia, consultoria e ciência para moldar comunidades para o avanço da humanidade. Desde o início local até sua atual presença global, a WSP opera em mais de 50 países e emprega aproximadamente 73.000 profissionais, conhecidos como Visioneers. Juntos, eles são pioneiros em soluções e entregam projetos inovadores nos setores de transporte, infraestrutura, meio ambiente, construção, energia, água e mineração e metais. A WSP está listada publicamente na Bolsa de Valores de Toronto (TSX:WSP).

Visite wsp.com

Este kit de ferramentas foi produzido de forma colaborativa com os principais especialistas globais em gênero e inclusão.

Autores

Asma Jhina
GCoM

Marina Milosev
Más allá de la línea roja

Susan Leadbetter
WSP

Colaboradores

Benjamin Jance IV
GCoM

Charlotte Morphet
Universidad Leeds Beckett

Elise Abbes
GCoM

Hélinah Cardoso
GCoM

Jenna Dutton
JD Consulting

Jennie Savage
Estudio Jennie Savage

Jon Noble
WSP

Melanija Tacconi
GCoM

Safaa Charafi
Urban Inclusion



in [global-covenant-of-mayors-for-climate-energy-gcom](https://www.global-covenant-of-mayors-for-climate-energy-gcom.org)

ig [@mayors4climate](https://www.instagram.com/mayors4climate)



in [wsp-in-the-uk](https://www.linkedin.com/company/wsp-in-the-uk)

tw [@WSP_UK](https://twitter.com/WSP_UK)

ig [@wspuk](https://www.instagram.com/wspuk)

wsp.com

© 2025 WSP Todos os direitos reservados.
O conteúdo desta publicação não pode ser reproduzido, total ou parcialmente, por nenhum meio sem o consentimento prévio por escrito do editor.